

Quando você me olha, o que você enxerga?¹²

Maria Lúcia da Silva³

Nenhum valor é neutro, pois espelha as convicções e as crenças de um sistema particular – é uma significação já estabelecida. Não basta, assim, afirmar a evidência da multiplicidade humana. A percepção da diversidade vai além do mero registro da variedade das aparências, pois o olhar, ao mesmo tempo em que percebe, atribui um valor e, claro, determinada orientação de conduta.

(Sodré, 1999, p.15)

Sodré nos mobiliza a reconhecer que todo encontro com o outro é atravessado por valor condicionado e conduta orientada. O lugar objetivo e subjetivo que cada pessoa ocupa em dada sociedade é determinante no estabelecimento das relações. As nossas crenças definem o olhar e as mútuas atitudes.

As representações que temos dos diferentes grupos sociais e que amparam o nosso comportamento estão baseadas em informações nem sempre acessíveis ou passíveis de serem decodificadas pelo senso comum, porém presentes em nossas sensações, sentimentos e impressões.

Vejamos a força da ideologia do branqueamento, magistralmente analisada por Carone (2002), um mecanismo forjado nos períodos pré e pós-abolicionistas para atender às necessidades, aos anseios, preocupações e medos das elites brancas, e que na atualidade ganha outra conotação – *“é aos negros que se atribui o desejo de branquear ou de alcançar os privilégios da branquitude por inveja, imitação e falta de identidade étnica positiva”*.

¹ Em defesa da luta contra a dominação na academia, escreveremos o nome completo dos(as) autores(as) citados(as), assim será possível identificar o sexo deles e delas. Além disso, será negritado o nome dos(as) autores(as) negros(as), caso saibamos que sejam pessoas pertencentes à população LGBTQI+, ele estará em itálico.

² Texto publicado originalmente na seção Debate da Percurso: Revista de Psicanálise / Instituto Sedes Sapientae. Ano XXXVIII n. 54, 2015. São Paulo, Instituto Sedes Sapientae. Ampliado para a publicação: Raça e gênero: Discriminações, interseccionalidades e resistências (Autorias Negras). Por Silvia Pimentel e Siméia de Mello Araújo (Coordenadoras), Beatriz Pereira e Mônica de Melo. Educ-Editora da Puc São Paulo, 2020.

³ **Maria Lucia da Silva**. Psicóloga e Psicanalista. Integrante do Instituto AMMA Pique e Negritude. Consultora (vivências/formação) na temática das relações raciais e gênero, com ênfase em racismo e sexismo institucional. Uma das organizadora do livro: *O racismo e o negro no Brasil: questões para a psicanálise*. KON, Noemi Moritz, ABUD, Cristiane Curi e SILVA, Maria Lúcia da. São Paulo: Perspectiva. Empreendedora Social da ASHOKA – Empreendimento Social, desde 2005.

No momento em que a ideologia do branqueamento torna-se inviável e também não serve mais aos interesses de seus fundadores, torna-se uma patologia peculiar dos negros. Um problema das elites do século 19 e começo do 20 passou a ser interpretado ideologicamente como um problema dos negros – o desejo de branquear.

Signos, representações, possibilidades de leituras e compreensão, podem variar, mas não isentam negros e negras da experiência única de saber o que significa ser “a carne mais barata do mercado”⁴. A música fala de um corpo inferiorizado, subalternizado, e expropriado das suas produções objetivas e subjetivas e de suas reinvenções cotidianas para se manter humano. E faz pensar como o patriarcado e o racismo se articulam colocando as mulheres, em geral, e as negras em particular, em situação de vulnerabilidade. Elas são maioria nas estatísticas de violência institucional, violência doméstica e exploração sexual, para além da histórica desigualdade salarial no mercado de trabalho a que está submetida.

As mulheres negras, em especial, são as mais atingidas pelo feminicídio, pela criminalização do aborto, pela violência doméstica e obstétrica. Parece que o “corpo da mulher negra é visto como uma extensão do espaço público (Cerioni, Carla, 2019), o que a mantém em situação de luta permanente para poder viver.

[...] Coloca seu corpo na linha de frente da ação política e, por isso, torna-se alvo cotidiano de ataques, ofensas, agressões e morte no Brasil. Mulheres defensoras de direitos humanos, em especial, desafiam as estruturas dominantes por sua própria existência como sujeitas políticas, pois ousam ocupar os espaços públicos historicamente destinados aos homens brancos⁵. É assim que as ativistas e seus movimentos são criminalizados, seus corpos são racializados, discriminados e agredidos. (Argenta, M. e Santos, L. Q., 2019)

A construção da subjetividade tem como pano de fundo as condições e processos históricos sobre o qual se desenvolve a história pessoal e coletiva de um sujeito e de seu grupo de pertença; estrutura sob a qual repousa a experiência de acolhimento ou não do sujeito em seu processo de desenvolvimento. Assim, compreender de que forma o racismo e o patriarcado incrustados na cultura, como base das relações na sociedade

⁴ A carne. Compositor: Seu Jorge, Marcelo Yuca e Wilson Capellette

brasileira, incidem sobre a vida psíquica do sujeito, poderá balizar ações para a transformação.

O sexismo e o “... racismo fornece(m) o sentido, a lógica e a tecnologia para a reprodução das formas de desigualdade e violência que moldam a vida social contemporânea” (Almeida, S. 2019), produzindo toda sorte de impedimentos aos bens produzidos socialmente.

Assim, para uma maior compreensão das implicações subjetivas do racismo estrutural e sua articulação com o patriarcado, não basta olhar apenas pela lente de uma psicologia convencional, é preciso um olhar que leve em conta múltiplos fatores (Prestes, 2018), nesse sentido é importante uma abordagem psicossocial que possibilita uma conexão com diferentes áreas do conhecimento, concebendo o sujeito em suas múltiplas dimensões: sociais, culturais, históricas, políticas e psíquicas, entre outras.

Para essa reflexão, olhemos três aspectos que consideramos importantes. Primeiro, a transmissão de um padrão de humanidade assentado em valores e ideais caucasianos ou, mais precisamente, de brasileiros(as) brancos(as), e a incorporação pelos negros de atributos negativos, ligados a uma condição de inferioridade, atributos esses “[...] criados para legitimar a ideologia racista, [e que] definem os processos de identidade e identificação do povo brasileiro, produzindo marcas, rompimentos e sofrimentos psíquicos” (Silva, 2017, p. 75).

Isso, quando articulado ao machismo, determina o lugar a ser ocupado na sociedade pelas mulheres em geral, e pelas mulheres negras, em particular. Por outro lado, pensando o sistema de justiça, cujo padrão colonial ainda persiste, seus representantes carregam consigo a herança escravocrata, que impede reconhecer a diferença e, mais do isso, reconhecer a humanidade do outro.

As posições normativas de raça, gênero e classe não são problematizadas e subjetivadas, impossibilitando, com isso, o processo de identificação com o diferente. Só o reconhecimento da condição humana poderá permitir que a identificação aconteça. A invisibilização das mulheres negras, das indígenas e das camponesas, construída social e historicamente posiciona seus corpos, “como um espaço de autorização e violência que as coloca num lugar de maior vulnerabilidade social e jurídica” (Borges e Silva, 2017 p. 26-27).

[...] é somente pelo modo no qual representamos e imaginamos a nós mesmos que chegamos, a saber, como nos constituímos e quem somos” (Hall, 2003: 346 Apud Silva, 2014: 53), devemos considerar que os apagamentos das trajetórias dessas mulheres colaboram para a manutenção de concepções equivocadas sobre a mulher negra e atingem diretamente a subjetividade desses indivíduos. (Lima, 2018, p. 203).

O segundo **aspecto** refere-se às interdições no processo de identificação dos negros com seus pares e com sua história, produzindo desenraizamento e eliminando o sentimento de pertencimento racial, podendo levar a uma condição de solidão e isolamento profundos.

A identificação é um termo empregado em psicanálise para designar o processo central pelo qual o sujeito se constitui e se transforma, processo esse desenvolvido na trama das condições e processos sócio-históricos sobre o qual repousa e se desenvolve a história pessoal dos sujeitos e seu grupo de pertença.

O terceiro aspecto, tema pouco discutido, refere-se à desumanização do sujeito negro materializada pelo constante processo de usurpação de seus bens materiais e imateriais, inicialmente dos negros africanos e, seguidamente dos negros em toda diáspora. O debate em torno do uso do turbante pode bem ilustrar, pois colocou em evidência a discussão sobre apropriação cultural (Brum, Eliane, 2017), que entre outras considerações, pode ser “...vista como uma prática negativa, pois consiste no uso de elementos de determinada cultura sem que haja um entendimento sobre os significados simbólicos e históricos a respeito destes”.⁶

Ana Maria Gonçalves (2017) aponta algumas estratégias que foram utilizadas para promover um intenso processo de apagamento do sujeito negro e sua cultura, seja no passado como no presente: apagamento dos registros do lugar de origem; redefinição das etnias com nomes genéricos; as voltas em torno da Árvore do Esquecimento (GELEDÉS, 2015); a passagem pela Porta do Não Retorno para eliminar a vontade de voltar; a separação em lotes para que não se comunicassem; proibição de falarem suas próprias línguas, manifestarem suas crenças, serem donos dos próprios corpos e destinos. As preservações culturais foram sustentadas por

[...] séculos de lutas, por vidas perdidas, torturas, humilhações e enfrentamentos em nome dos milhares dos que aqui chegaram e dos

⁶ Disponível em: <<https://www.significados.com.br/apropriacao-cultural/>>.

que ficaram pelo caminho. Como resultado disto, somos o que somos: seres sem um pertencimento definido, sem raízes facilmente traçáveis, que não são mais de lá e nunca conseguiram se firmar completamente por aqui.

Segundo Dionne Brand (2002) nesse mesmo artigo: “o próprio pertencimento alojado em uma metáfora”; viver na Diáspora Negra é “viver como um ser fictício – uma criação dos impérios, mas também uma autocriação. É ser alguém vivendo dentro e fora de si mesmo. É entender-se como signo estabelecido por alguém e ainda assim ser incapaz de escapar dele [...]”

Como pensar no narcisismo de homens negros e mulheres negras, diante das questões colocadas acima?

O narcisismo enquanto representação unificada de si mesmo, para o sujeito implica na apreensão de sua imagem corporal. Para Freud:

O eu é, antes de tudo, um eu corporal; não é tão só um ser de superfície, mas é, em si mesmo, a projeção de uma superfície. [...] Pode ser considerado a projeção mental de uma superfície corporal. (O eu e o isso, 1923)

Assim, vale reafirmar, que é no corpo, é nessa “projeção mental de uma superfície corporal” que o racismo incide. Trata-se de um corpo marcado pela sua história e que o “outro” sem nenhum respeito ou pudor se sente no direito de vilipendiar, de violar e de julgar negativamente. Este é um corpo que incita o outro a atacá-lo e que está exposto ao aniquilamento.

Baptista (1998) anuncia que

[...] é justamente porque o racismo não se formula explicitamente, mas antes sobrevive num devir interminável, enquanto uma possibilidade virtual, que o terror de possíveis ataques (de qualquer natureza, desde física à psíquica) por parte dos brancos cria para o negro uma angústia que se fixa na realidade exterior e se impõe inexoravelmente.

Mezan (1995) afirma que para muitos negros, o fato de ser negro é vivido com muita dificuldade, já que foram introjetadas imagens negativas, produzidas pelos brancos, acerca do que “é” ser negro. Torna-se muito difícil conviver com um corpo tido como feio, um cabelo por definição “ruim”, os lábios denominados como beiços, etc. Para que

o trauma da discriminação possa ser assimilado, acomodações psíquicas devem ser feitas para que a vida se torne ao menos suportável”.

Jaime Ginzburg fala da necessidade de investigação sobre a grande dificuldade do Brasil em lidar com seu passado, com sua memória coletiva, com as representações ou a falta delas. E também,

[...] do que aconteceu de pior no passado do país que cria impactos de fantasmagoria: são imagens do horror do passado que reaparecem como se fossem parte do presente, criando um efeito perturbador. (GINZBURG, 2013)

Esse efeito perturbador, fantasmático se materializa no corpo negro, constantemente assaltado por uma realidade ameaçadora. O povo negro amedrontado, desgastado chega ao limite de sua capacidade para suportar a pressão cotidiana, a qual o expulsa continuamente da comunidade humana, colocando-o no lugar do despossuído.

Como entender os processos psíquicos vividos pelos negros considerando-se as intensas cargas pulsionais presentes no seu dia a dia? Como acompanhar, do ponto de vista econômico, o destino de tamanha excitação?

Faz pensar muito a que(m) serve a perdurável recusa da nação brasileira a olhar para o seu passado escravocrata, marcado por sistemática violação e coisificação de corpos negros. Mesmos pós escravização mantém-se até hoje todos os estereótipos e preconceitos criados no passado para legitimar a dominação de um grupo sobre outro, fazendo crer que o negro é preguiçoso, pouco confiável, afeito à subalternidade e ao trabalho pesado, intelectualmente inferior e que não encontra o seu lugar porque não se esforça, não tem vontade própria e nem merecimento. Certamente, alguém ganha com isso.

Desse passado escravocrata, portanto, só há ônus ao povo negro, mantendo a população não negra omissa e isenta de qualquer responsabilidade, desfrutando de privilégios simbólicos e materiais, do fortalecimento dos laços da branquitude e do monopólio dos lugares sociais de poder.

Não podemos esquecer que

[...] o racismo está na base do desenvolvimento do sistema capitalista moderno (a partir do século XVI), está na estruturação da sociedade brasileira, conseqüentemente, nas estruturas de governo e nas formas

de organização dos Estados, no desenho e desenvolvimento das políticas públicas, beneficiando material e simbolicamente os grupos nomeados como brancos e que, obviamente, essa realidade determina a forma como as pessoas e grupos se vêm, pensam e se relacionam.” (Silva, 2017, p. 80)

Diante desse quadro, e associado a outras medidas estruturais em outras áreas de conhecimento, a nossa ação tem rumo certo: a reparação psicossocial nas dimensões histórica, social, política, econômica e cultural, assim como, a dignidade e equilíbrio mental do povo negro. E é isso que sustenta e revigora a nossa energia. Energia que demanda passagem, movimento e voz: Basta de adoecimento e sofrimento psíquico causados pelo racismo e pelo sexismo!

Referências

ALMEIDA, Silvio Luis de (2019). *Racismo estrutural*. São Paulo: Sueli Carneiro/Pólen.

ARGENTA, Milena e SANTOS, Layza Queiroz (2018). “Violências contra mulheres que defendem direitos humanos”. In: LIMA NETO, Antonio Francisco de et al. (Orgs.). *Vidas em luta: criminalização e violência contra defensoras e defensores de direitos humanos no Brasil*. Rio de Janeiro: Justiça Global.

BORGES, Júlio César e BASÍLIO E SILVA, Luana Natielle (2017). *Diagnóstico de violações de direitos e situação de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional em Brejo dos Crioulos*. Brasília: FIAN Brasil.

BRAND, Dionne (2002). *A Map to the Door of No Return*. Disponível em: <<https://www.penguinrandomhouse.com/books/17464/a-map-to-the-door-of-no-return-by-dionne-brand/9780385258920/>>.

BRUM, Eliane. De uma branca para outra. O turbante e o conceito de existir violentamente. *El Pais*, 20 fev. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2017/02/20/opinion/1487597060_574691.html>.

CARONE, Iray e BENTO, Maria Aparecida Silva (2002). *Patologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. Petrópolis: Vozes.

CERIONI, Carla (2019). 1 em cada 4 mulheres passou por violência no Brasil em 2018, diz pesquisa. *Exame*, 2 mar. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/brasil/1-em-cada-4-mulheres-passou-por-violencia-em-2018-no-brasil-diz-pesquisa/>>.

GELEDÉS (2015). *11 lugares de memória da escravidão na África e no Caribe*. 6 out. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/11-lugares-de-memoria-da-escravidao-na-africa-e-no-caribe/>>.

GINZBURG, Jaime (2013). Linguagem e experiência na questão da representação. *Revista Brasileira de Psicanálise*, v. 47, n. 1, 2013.

GONÇALVES, Ana Maria (2017). Na polêmica sobre turbantes, é a branquitude que não quer assumir seu racismo. *The Intercept Brasil*, 12 fev. Disponível em: <<https://theintercept.com/2017/02/15/na-polemica-sobre-turbantes-e-a-branquitude-que-nao-quer-assumir-seu-racismo/>>.

LIMA, Dulcilei da Conceição (2018). “Trajetórias políticas de mulheres negras na primeira metade do século XX: Laudelina de Campos Mello, Maria de Lurdes Vale Nascimento e Maria Brandão dos Reis”. In: *Violência e sociedade: o racismo como estruturante da sociedade e da subjetividade do povo brasileiro*. SILVA, Maria Lúcia da, FARIAS, Marcio, OCARIZ, Maria Cristina e STIEL, Augusto (Orgs.). São Paulo: Escuta.

MEZAN, Renato (1995). *Psicanálise, Judaísmo: ressonâncias*. Rio de Janeiro: Imago.

PRESTES, Clélia Rosane dos Santos. Estratégias de promoção da saúde de mulheres negras: interseccionalidade e bem viver. 2018. Dissertação (Doutorado em Psicologia Social) – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

SILVA, Maria Lucia (2017). “Racismo no Brasil: questões para psicanalistas brasileiros”. In: *O racismo e o negro no Brasil: questões para a psicanálise*. KON, Noemi Moritz, ABUD, Cristiane Curi e SILVA, Maria Lúcia da. São Paulo: Perspectiva.

SODRÉ, Muniz (1999). *Claros e escuros: identidade, povo e mídia no Brasil*. 2a. ed. Petrópolis: Editora Vozes.